

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 8 DE JULHO DE 2010

Dispõe sobre a concessão de férias a magistrados no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTICA FEDE-RAL, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o decidido no Processo n. 2007160013, na sessão de 14 de abril de 2010, e

CONSIDERANDO que a alteração promovida pela Emenda

Constitucional n. 45, a qual trata da reforma do Poder Judiciário, impõe que a atividade jurisdicional seja ininterrupta e veda férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau;

CONSIDERANDO que há necessidade de formalização da escala de férias dos magistrados nos tribunais e visando melhor desempenho e organização dos trabalhos, resolve: CAPÍTULO I

120

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta resolução disciplina a concessão de férias e o pagamento das vantagens pecuniárias delas decorrentes aos magistrados da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Art. 2º O magistrado da Justiça Federal de primeiro e segundo graus terá direito a sessenta dias de férias a cada ano de efetivo

exercício, contínuos ou divididos em dois períodos iguais

Parágrafo único. As férias individuais não podem fracionar-se em períodos inferiores a trinta dias e somente podem acumular-se or imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de dois meses por imperiosa necessaria (LC n. 35, art. 67, § 1°).

CAPÍTULO II

DA ESCALA DE FÉRIAS SEÇÃO I

DA MARCAÇÃO

Art. 3º As férias serão organizadas em escalas anuais ou semestrais e submetidas à aprovação do presidente do respectivo tribunal regional federal no caso de férias dos desembargadores federais e juízes federais convocados para o tribunal ou ao corregedor regional nas demais situações.

§ 1º A periodicidade da escala, anual ou semestral, e o prazo para requerimento das férias serão fixados no âmbito de cada tribunal

§ 2º Os tribunais deverão publicar a escala até trinta dias antes do início do período a que se refere.

§ 3º É obrigatória a marcação de sessenta dias de férias a serem gozadas no ano, além do saldo porventura acumulado, descontados os períodos usufruídos de forma antecipada.

§ 4º Os períodos de férias acumulados, nesta data, além do limite de sessenta dias deverão ser usufruídos até o final de 2012.

§ 5º Para a marcação de férias, deverá ser observada a ordem cronológica do período a que se referem, sendo vedada a marcação do período aquisitivo atual antes de esgotadas todas as parcelas dos anteriores, inclusive se essas foram decorrentes de antecipação.

§ 6º Em caso de omissão do magistrado quanto ao disposto

no § 3º deste artigo, será ele instado para supri-la no prazo de dez dias; não o fazendo, as férias serão marcadas de ofício pelo presidente do tribunal ou pelo corregedor regional, conforme o caso, ressalvada a ocorrência de situação excepcional.

§ 7º O juiz federal e o juiz federal substituto em exercício na mesma vara não poderão usufruir férias em período concomitante, cabendo a prioridade da escolha ao juiz federal.

Art. 4º No caso de magistrado convocado para desempenhar Art. 4º No caso de magistrado convocado para desempenhar funções em órgão externo à Justiça Federal, por períodos ininterruptos iguais ou superiores a um ano, as férias serão organizadas e aprovadas pela autoridade competente do órgão ao qual ele estiver servindo, que comunicará ao tribunal regional federal de origem do magistrado a expedição dos atos pertinentes.

§ 1º As férias de que trata o caput deste artigo aplica-se o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 3º desta resolução.

§ 2º Na hipótese de não cumprimento do disposto no § 1º deste artigo caperá ao tribunal regional federal de origem do magistrado caperá ao tribunal regional federal de origem do magistrado caperá ao tribunal regional federal de origem do magistrado.

deste artigo, caberá ao tribunal regional federal de origem do magistrado comunicar ao órgão ao qual ele estiver servindo a data-limite para o gozo das férias.

§ 3° O órgão ao qual o magistrado estiver servindo co-municará ao tribunal de origem a escala de férias até quarenta e cinco dias antes do início do gozo.

SECÃO II

DO INTERSTÍCIO

Art. 5º Serão exigidos doze meses de exercício no cargo para o primeiro período aquisitivo de férias, independentemente da averbação de tempo de serviço anterior.

§ 1º Não será exigido qualquer interstício para os períodos aquisitivos de férias subsequentes ao primeiro. § 2º O interstício de que trata o caput deste artigo também

será exigido para os magistrados de segundo grau advindos do quinto constitucional em relação ao primeiro período aquisitivo, sendo dispensado para os períodos subsequentes. SEÇÃO III

DO GOZO

Art. 6º As férias serão gozadas entre o início e o término do

período aquisitivo subsequente aque se referem. § 1º Após o primeiro período aquisitivo, as férias poderão ser gozadas antecipadamente, no decorrer do período a que se referem.

§ 2º Serão consideradas acumuladas as férias não gozadas dentro do período de que trata o caput deste artigo.

§ 3º As férias somente poderão ser acumuladas, de ofício, por necessidade do serviço e até o máximo de dois meses.
§ 4º A acumulação de férias de que trata o § 3º deste artigo deverá ser justificada pela corregedoria do tribunal ou pelo presi-

§ 5º Prescreverão as férias não gozadas até o término do segundo período aquisitivo subsequente àquele ao qual se referem, independentemente de terem sido parceladas, ainda que acumuladas por necessidade do serviço.

Diário Oficial da União - Seção 1

Art. 7º As férias adquiridas antes do ingresso na magistratura devem ser gozadas de acordo com a lei de regência do respectivo período aquisitivo.

Parágrafo único. Para definição do período de férias a que faz jus o magistrado, de trinta ou sessenta dias, prevalecerá aquele que, no respectivo período aquisitivo, na condição de servidor público ou de magistrado, tiver sido exercido por mais tempo, sendo vedada, contudo, a renúncia desse tempo de serviço.

Art. 8º Os afastamentos não remunerados suspendem a contagem do período aquisitivo, a qual será retomada na data do retorno.

SEÇÃO IV

DA ALTERAÇÃO

Art. 9º Após a publicação da escala de férias a que alude o artigo 3º desta resolução, poderá ocorrer alteração por interesse da administração ou do magistrado, devendo a justificativa ser submetida à apreciação do presidente do tribunal ou do corregedor regional, conforme o caso.

§ 1º O prazo para alteração da escala de férias por interesse do magistrado será de, no mínimo, quarenta e cinco dias antes da data de início das férias.

§ 2º Para alteração do segundo período das férias o prazo de que trata o § 1º deste artigo será de dez dias.

§ 3º É dispensada a observância do prazo previsto nos parágrafos anteriores nas seguintes hipóteses:

I - necessidade do serviço, a ser avaliada pelo corregedor

regional ou pelo presidente, conforme o caso;

II - licença para tratamento da saúde de pessoa da família;

III - licença para tratamento da própria saúde; IV - licença à gestante e à adotante;

V - licença-paternidade;

VI - afastamento por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, ascendente, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

§ 4º No caso de licença para tratamento da própria saúde concedida antes do início das férias, estas serão remarcadas para o primeiro dia útil após o término da licença, se outra data não houver sido requerida pelo magistrado.

§ 5º No caso de magistrado convocado para desempenho de funções em órgão externo à Justiça Federal, as alterações de férias deverão ser justificadas perante a autoridade competente do órgão ao qual estiver servindo e comunicadas ao tribunal de origem, observados os prazos previstos neste artigo. SEÇÃO V

DA INTERRUPÇÃO

Art. 10. As férias poderão ser interrompidas, de ofício, por estrita necessidade de serviço, a critério do corregedor regional ou do presidente do tribunal, conforme a competência estabelecida nesta resolução.

§ 1º A interrupção das férias deverá ser formalizada por ato convocatório motivado, do qual deverá ter ciência o magistrado afetado.

§ 2º O gozo do saldo remanescente das férias interrompidas ocorrerá de forma contínua, seguida a ordem cronológica dos períodos aquisitivos.

CAPÍTULO III DA REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS

Art. 11. Por ocasião das férias, o magistrado tem direito ao adicional de férias e, opcionalmente, à antecipação do subsídio mensal correspondente.

§ 1º Na hipótese de o magistrado exercer cargo que implique a percepção de verba de representação, será esta considerada para fins de cálculo do adicional de férias.

§ 2º A contribuição previdenciária para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público não incidirá sobre o adicional de

Art. 12. O pagamento da remuneração das férias, bem como do respectivo adicional, será efetuado em até dois dias antes do início do gozo, devendo constar, preferencialmente, da folha de pagamento do mês anterior

Art. 13. A devolução da antecipação de férias ocorrerá no mês do gozo.

Art. 14. Se houver reajuste, revisão ou qualquer acréscimo na remuneração do magistrado, deverão ser observadas as seguintes

I - sendo as férias marcadas para período que abranja mais de um mês, as vantagens de que trata o art. 11 desta Resolução serão pagas proporcionalmente aos dias de férias gozados em cada mês, considerando-se a data em que passou a vigorar o reajuste, revisão ou acréscimo remuneratório:

II - havendo impossibilidade de inclusão do reajuste, revisão ou acréscimo remuneratório no prazo previsto no art. 12 desta resolução, a diferença será incluída na folha de pagamento do mês subsequente;

III - no caso de parcelamento das férias, será paga, em cada etapa, na proporção dos dias a serem gozados, a diferença do subsídio vigente à época; IV - por ocasião do gozo do saldo de férias interrompidas,

será devida, proporcionalmente aos dias a serem gozados, a diferença decorrente do aumento do subsídio do magistrado.

Art. 15. A alteração do período de gozo das férias implica a

suspensão do pagamento das respectivas vantagens pecuniárias.

Parágrafo único. Caso já tenha recebido as vantagens referidas no caput deste artigo, o magistrado deverá devolvê-las integralmente, no prazo de cinco dias úteis contados da data do crédito ou do deferimento da alteração, se esta ocorrer em data posterior à do crédito, salvo nas seguintes hipóteses:

I - alteração da escala de férias por necessidade do ser-

II - interrupção do gozo das férias; III - novo período de férias compreendido no trimestre subsequente.

. Capíthi o iv

DA INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS

Art. 16. O magistrado que for exonerado do cargo perceberá indenização relativa ao período de férias não usufruído na proporção de 2/12 (dois doze avos) por mês de efetivo exercício ou fração superior a quatorze dias, observada a data de ingresso na magistratura federal ou da admissão no serviço público quando ocorrer o aproveitamento do tempo de serviço de que trata o art. 6º desta resolução.

§ 1º A indenização de que trata este artigo também é devida ao magistrado que vier a se aposentar e aos dependentes ou su-cessores do magistrado falecido, hipótese em que se observará o disposto na Lei n. 6.858, de 24 de novembro de 1980. § 2º O disposto neste artigo aplica-se ao magistrado que

tomar posse em outro cargo público inacumulável e que não se utilize

da averbação prevista no art. 6º desta resolução. § 3º Nas hipóteses constantes do § 1º deste artigo, a indenização de férias será calculada com base no valor do subsídio vigente na data da publicação do ato de aposentadoria ou na data do falecimento.

Art. 17. Para a indenização prevista no artigo anterior, devese observar o limite máximo de dois meses de férias acumuladas. preservadas as situações já constituídas e observado o disposto no art.

Art. 18. Sobre a indenização de férias não incidirá desconto a título de Imposto de Renda Retido na Fonte e de contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público. CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Os tribunais regionais federais, por intermédio de suas unidades de assuntos da magistratura, adotarão as providências necessárias à adequação dos registros funcionais, de acordo com os critérios previstos nesta resolução.
Art. 20. Esta resolução entra em vigor na data de sua pu-

blicação, não sendo aplicável às escalas de férias já aprovadas e publicadas.

Ministro CESAR ASFOR ROCHA

RESOLUÇÃO Nº 110, DE 8 DE JULHO DE 2010

Padroniza os procedimentos e formulários relativos ao Alvará de Levantamento e ao Ofício de Conversão em favor da Fazenda Pública no âmbito da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTICA FEDE-RAL, usando uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo n. 2002.16.0557, na sessão realizada no dia 29 de junho de 2010, resolve: Art. 1º O Alvará de Levantamento, bem assim o Ofício de

Conversão em favor da Fazenda Pública utilizados para levantamento e conversão dos depósitos judiciais seguirão os procedimentos e os modelos de formulário descritos e apresentados nos anexos desta resolução, tendo o prazo de validade de sessenta dias, contado da data de emissão.

Art. 2º Revogam-se as Resoluções n. 509, de 31 de maio de 2006, e 545, de 21 de fevereiro de 2007.

Art. 3° Esta resolução entra em vigor na data de sua pu-

blicação.

Ministro CESAR ASFOR ROCHA

ANEXO I

PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS quanto ao ALVARÁ DE LEVANTAMENTO.

1. O Alvará deverá ser confeccionado em papel apropriado, conforme modelo constante do Anexo III, como ocorre com as certidões expedidas pelos setores de distribuição da Justiça Federal, ficando os formulários sobre a guarda e responsabilidade dos Diretores de Secretaria das Varas.

2. A expedição, o preenchimento e a tramitação burocrática dos Alvarás, deverão obedecer rigorosamente às disposições desta Resolução. Os Alvarás terão numeração seqüencial e por ano em cada Vara.

3. Ao requerer a expedição do Alvará o advogado deverá indicar os dados da Carteira de Identidade, CPF e OAB, se for o caso, da pessoa física com poderes para receber a importância na "boca do caixa", assumindo, nos autos, total responsabilidade pela indicação.

4. O original do Alvará deverá ser expedido de acordo com o modelo anexo, sem rasuras, com os nomes das partes, número do processo (colocar também o número constante da guia de depósito, no caso de ter ocorrido renumeração ou redistribuição do processo), com o prazo de 24 horas para a agência efetuar o pagamento, a contar da sua entrega ao gerente, dele extraindo três cópias, sendo uma para o arquivo da Vara, uma para o processo e a outra para a parte.

alíquota de

Nº 130, sexta-feira, 9 de julho de 2010	Diário Oficial da União - Seção 1
. Havendo Imposto de Renda incidente na fonte, a ser re- colhido, o percentual da alíquota deverá ser informado no Alvará, para fins de cálculos pela agência, e, se não houver, o campo re-	(parcial ou total) n° iniciada / /, do processo
servado para alíquota deverá ser preenchido com a expressão 000. 6. Para assinar o Alvará e suas xerocópias, os juízes, os	n°, Ação
diretores e seus substitutos legais deverão manter cartões de au-	movida por
tógrafos, com assinaturas atualizadas, nas agências bancárias recebedoras dos depósitos judiciais de suas respectivas Varas.	contro
7. O original e as cópias do Alvará serão assinados pelo Juiz	contra
da Vara, pelo Diretor da Secretaria ou por seus substitutos legais, devendo as assinaturas conferirem com as apostas no cartão de au-	Havendo Imposto de Renda a ser pago na fonte o reco-
tógrafos da agência onde ocorreu o depósito. 8. O original do Alvará e duas cópias serão entregues à	lhimento é automático, mediante DARF que acompanha o Alvará. A
pessoa autorizada a receber a importância ou ao advogado que o	indicação da alíquota de imposto de renda é inaplicável aos casos
requereu, mediante recibo na 3ª cópia, que ficará arquivado na Secretaria da Vara, em ordem numérica.	previstos no art. 27 da Lei nº 10.833/03, alterada pela Lei nº
9. A pessoa autorizada entregará o Alvará ao gerente da	10.865/04. CUMPRA-SE, devolvendo cópia à Secretaria deste Juízo
agência sacada ou a outro funcionário por este indicado, que dará recibo na 2ª cópia, efetuando o pagamento dentro do prazo de 24	com a autenticação e recibo do valor pago e do saldo da conta, se
horas, mediante apresentação dos documentos de identidade e CPF	houver.
mencionados no Alvará. Não comparecendo o interessado, dentro de 10 dias, para receber o Alvará, a agência o devolverá ao Juiz, por	, em/
ofício, informando o ocorrido.	
10. O funcionário da agência encarregado do pagamento deverá proceder à conferência das assinaturas com os cartões de	(cidade)
autógrafos, bem como confrontar os dados do Alvará com os dados	Eu,
da conta de depósito e outras rotinas de praxe da agência. Havendo qualquer dúvida ou irregularidade, a agência deverá entrar imedia-	
tamente em contato com o Diretor de Secretaria da Vara, para as	(assinatura) (nome)
providências cabíveis. 11. As correções dos depósitos e a parcela do imposto de	Diretor de Secretaria, conferi e subscrevo.
renda, quando houver, deverão ter seus valores inseridos pela agência,	
no original e nas cópias do Alvará, na parte reservada à discriminação do débito.	JUIZ FEDERAL
12. O imposto de renda, quando devido, deverá ser pago por	Para uso da agência:
meio de DARF, o qual será calculado e preenchido na agência pagadora e recolhido no ato do cumprimento do Alvará.	Discriminação do pagamento. Recebi o alvará e cópias em
13. Ao receber a importância constante do Alvará, o beneficiário dará recibos no original e cópia, com assinatura idêntica à	Valor do alvará: R\$ / / /
do documento apresentado. O original ficará como documento de	·
caixa e a cópia será encaminhada pela agência, no prazo de 24 horas, ao Juiz da Vara, com informação da situação da conta após o pa-	Correção até: R\$
gamento do Alvará, para juntada ao processo respectivo.	IR Retido. Alíquota % R\$
ANEXO II (Resolução n. 110, de 8 de julho de 2010.)	
PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS quanto ao	(funcionário da agência)
OFÍCIO DE CONVERSAO DO DEPÓSITO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA.	Valor líquido pago R\$
1. O ofício deverá ser expedido, conforme modelo apre-	Recebi da C.E.F. o valor de R\$
sentado no Anexo IV desta Resolução, em papel timbrado da Justiça Federal e em cumprimento de decisão judicial constante dos autos.	AUTENTICAÇÃO
2. O ofício só poderá ser assinado pelo Juiz em exercício na Vara, com a firma igual a aposta no cartão de autógrafos existentes na	
agência para onde for endereçada a ordem de conversão.	(local) (data)
3. No ofício deverão constar, obrigatoriamente, o número do processo, tipo da ação, nomes das partes, nome e CPF do devedor do	ANEXO IV
tributo ou da obrigação, motivo da conversão, se a conversão é total	(Resolução n. 110, de 8 de julho de 2010.)
ou parcial, código da Receita, quando se tratar de tributo, número e data da abertura da conta e o prazo para cumprimento do ofício.	PODER JUDICIÁRIO
 O ofício deverá ser entregue por funcionário da Justiça ao 	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
gerente da agência, ou a seu substituto legal, que dará recibo na cópia, mencionando a data e hora do recebimento. A cópia com o	, de de
recibo do gerente deverá ser juntada nos autos.	Ofício nº / .
5. O gerente da agência, ou seu substituto legal, deverá proceder à conversão no prazo determinado, após a devida confe-	Senhor Gerente,
rência dos dados da conta com os do ofício e da assinatura do Juiz,	Solicito de V.Sa. as providências necessárias no sentido de
informando por ofício ao Juiz da Vara o cumprimento da ordem e o valor da conversão, bem como a situação da conta relativa ao de-	proceder à conversão
pósito, após o cumprimento da ordem judicial. 6. Havendo qualquer dúvida para o procedimento da con-	em favor
versão, o gerente ou funcionário por este credenciado, deverá entrar	(total ou parcial) (órgão favorecido)
em contato com o Diretor da Vara para as devidas providências e esclarecimentos.	
ANEXO III	prazo de 10 dias, da importância de R\$ (
(Resolução n. 110, de 8 de julho de 2010.) PODER JUDICIÁRIO	prazo de 10 dias, da importaneia de 14(
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA), no código da Receita relativa ao depósito
VALIDADE 60 DIAS ALVARÁ DE LEVANTAMENTO	iniciado em, na Conta nº
Nº /	, referente ao Processo nº
	, Ação,
JUIZ FEDERAL	movida por
DA VARA, DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE	
DA REGIÃO NA FORMA DA LEI, ETC.	contra
Manda ao Sr. Gerente da Agência	em virtude de

Atenciosamente.

Juiz Federal da Seção Judiciária de

_ Região

Doutor

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 7 DE JULHO DE 2010

Dispõe sobre a homologação dos resultados finais das carreiras sem prova prática do Concurso Público regido pelo Edital nº 01, de 29 de dezembro de 2009.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o Edital de Concurso Público nº 01/2009, publicado no Diário Oficial da União, de 29/12/2009, destinado ao provimento de vagas nos Quadros Permanentes de Pessoal do Tribunal Regional Federal e das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeiro Grau da 4ª Região, resolve:

I - HOMOLOGAR:

a) o resultado final das Carreiras de ANALISTA JUDICIÁ-RIO/ÁREA JUDICIÁRIA/ESPECIALIDADE EXECUÇÃO DE MANDADOS, TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA APOIO ESPECIA-LIZADO/ ESPECIALIDADE ENFERMAGEM, ANALISTA JUDI-CIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA, ANALISTA JUDICIÁ-RIO/ÁREA APOIO ESPECIALIZADO/ ESPECIALIDADES: AR-QUITETURA, BIBLIOTECONOMIA, CONTADORIA, ENFERMA-GEM, ENGENHARIA CIVIL, INFORMÁTICA, ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA (DO TRABALHO), conforme listas classificatórias constantes do Edital nº 05, de 27 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 28/05/2010, Seção 3, ratificadas pelo Edital nº 08 de 30 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 01/07/2010, Seção 3.

b) o resultado final das Carreiras de TÉCNICO JUDICIÁ-RIO/ÁREA APOIO ESPECIALIZADO/ ESPECIALIDADES: IN-FORMÁTICA E OPERAÇÃO DE COMPUTADORES e ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA, conforme listas classificatórias constantes do Edital nº 08 de 30 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 01/07/2010, Seção 3.

VILSON DARÓS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE **IMÓVEIS**

1ª CÂMARA RECURSAL

DECISÕES DE 26 DE MAIO DE 2010

2ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS RELATOR: Conselheiro CASIMIRO VALE DA SILVA/RJ 1- Processo-COFECI nº 281/2007. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: J. C. PRATO E CIA LTDA - CRECI J-20707. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 312/2007. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: MARLENE LAPIS LOPES - CRECI 9439. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem nos termos dos votos relator e revisor. Unânima 3. Prode origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 929/2008. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex cesso-COFECI nº 929/2008. Recte e Recdo: CRECI 6º Região/PR "ex officio". Repdos: DIFUSÃO ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-1483 e RT JOSÉ APARECIDO TRINDADE - CRECI 6110. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1010/2008. Recte e Recdo: CRECI 6º Região/PR "ex officio". Repdos: RENTAL IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3833 e RT VANDERLEI RODRIGUES DA CUNHA - CRECI 10276. DE CISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de original de contra companyamento ao recurso. Mantida a decisão de original de contra companyamento ao recurso. Mantida a decisão de original de contra companyamento ao recurso. Mantida a decisão de original de contra companyamento ao recurso. Mantida a decisão de original de contra companyamento ao recurso. RT VANDERLEI RODRIGUES DA CUNHA - CRECI 10276. DE-CISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 306/2008. Recte: ELVIRA MARGARIDA DE ALMEI-DA LEAL. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 325/2008. Recte: ADILSON GRECCO REIS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 333/2008. Recte: ANTÔNIO GOMES CAVALHEIRO FILHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1003/2008. Recte: CLARA LINA UNTERSTELL - CRECI 11761. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1004/2008. Recte: CLARA LINA UNTERSTELL & CIA LTDA - CRECI J-3601. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-CO-FECI nº 1004/2008. Recte: CLARA LINA UNTERSTELL & CIA LTDA - CRECI J-3601. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1007/2008. Recte: D. B. A. IMÓ-VEIS LTDA - CRECI J-3771. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DE-CISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

_) e seus acréscimos legais, com a dedução da

importância

de

suas vezes fizer, que entregue, no prazo de até 24 horas, a

R.G. n°

relativa a Imposto de Renda retido na fonte, referente ao